



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROCESSO: 0000770-28.2023.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE EDITORAÇÃO, PUBLICAÇÃO E  
MEMÓRIA ELEITORAL

ASSUNTO: Dispensa Eletrônica - Final - Bens Permanentes – Livros -  
Análise.

**PARECER JURÍDICO Nº 275 / 2023 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC**

**I – DO RELATÓRIO**

**01.** Trata-se de processo administrativo iniciado pela Seção de Editoração, Publicação e Memória Eleitoral (SEPM), que tem como objeto a aquisição de livros novos e atualizados (última edição). No Documento de Formalização da Demanda - DFD, a unidade define os contornos gerais da contratação com dispensa de licitação em razão do valor ([1019984](#)).

**02.** Após instrução inicial, o processo foi objeto de análise desta unidade que, por meio do Parecer Jurídico nº 252/2023 ([1081668](#)), concluiu:

a) pela possibilidade de aprovação do Termo de Referência nº 4/2023-SEPM ([1077250](#)) - também analisado e tido como regular pela SAC ([1078304](#)) - caso assim entenda a autoridade competente para aprovação, na forma do art. 72, VIII da Lei nº 14.133/2021 e item 15 do ANEXO VIII da IN TRE-RO nº 9/2022;

b) dada a notícia de pluralidade de fornecedores para comercializar os materiais demandados, cuja seleção se dará apenas pela disputa de preços entre os classificados e habilitados ao fornecimento, nos limites dos valores de dispensa de licitação estabelecidos pelo **art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021** (atualmente fixado em **R\$ 57.208,33** (cinquenta e sete mil duzentos e oito reais e trinta e três centavos), de acordo com a atualização de valores estabelecida pelo Decreto Federal nº 11.317, de 29 de dezembro de 2022), **pela possibilidade de a contratação pretendida ser processada por meio da DISPENSA ELETRÔNICA** disciplinado pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021;

c) na forma sugerida pela SAC e, ainda, com fundamento no art. 28, § 1º da Instrução Normativa TRE-RO nº 9/2022, com **utilização da estimativa de preços concomitante à seleção da proposta economicamente mais vantajosa**, com fulcro no art. 7º, § 4º, da IN SEGES/ME nº 65/2021 c/c §1º do art. 16 da IN SEGES/ME nº 67/2021 e art. 10 da IN TER/RO nº 9/2022.

Conforme já apontado no item 7 deste parecer, a programação orçamentária da despesa no exercício de 2023 foi juntada ao processo no evento ([1079876](#)), oportunidade em que a SPOF registrou que: "Em cumprimento ao disposto no art. 16, II, c/c o § 4º, I do mesmo art., ambos da LC nº 101/2000 – LRF, informa-se que a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro."

Considerando que o valor da contratação pretendida está situado no limite da dispensa legal, atualmente fixado em **R\$ 57.208,33** (cinquenta e sete mil duzentos e oito reais e trinta e três centavos), de acordo com a atualização de valores estabelecida pelo **Decreto Federal nº 11.317, de 29 de dezembro de 2022**, e que da relação contratual não resultará obrigações futuras para a contratada, entende-se perfeitamente possível substituir o instrumento de contrato pela nota de empenho, na forma prevista no caput do **art. 95 da Lei nº 14.133/2021** e com supedâneo na jurisprudência do **TCU**, como nos **Acórdãos 1.234/2018 e 363/2003 - ambos do Plenário e 7.125/2010 - 1ª Câmara**, que consolidou o entendimento de dispensa de instrumento para todas as contratações que não resultem obrigações futuras, principalmente dentro do limite de dispensa em razão do valor, aí incluídas as inexigibilidades de licitação. **Precedente: Decisão desta administração, evento (0981838).**

**d) Caso autorizada a DISPENSA ELETRÔNICA pelo titular da SAOFC**, remessa à ASLIC, na forma do item 15, "b", do ANEXO VIII da IN TRE-RO nº 9/2022 para o processamento, com o registro, divulgação, operacionalização, julgamento da proposta, habilitação e elaboração de relatório e continuidade da tramitação.

Registra-se que há modelo padronizado de aviso de dispensa eletrônica (evento [0925036](#)) aprovado no âmbito deste Tribunal pela **PORTARIA 435/2022-DG (0926736)**, situação que dispensa a análise desse documento por esta unidade jurídica (§ 5º, art. 53, Lei nº 14.133/21).

**36.** Na forma do art. 4º da Lei nº 14.133/2021 c/c a parte final do art. 49, IV, da LC nº 123/2006, **a unidade demandante (SEPM) informou que a dispensa será destinada exclusivamente às microempresas e empresas de pequeno porte** (art. 6º, I, da IN SEGES/ME nº 67/2021).

**37.** Ao final do procedimento, em cumprimento ao item 18, "a", do ANEXO VIII da IN TRE-RO nº 9/2022, o processo deverá retornar à AJSAOFC para emissão de parecer e submissão à autoridade administrativa.

À consideração da Autoridade Competente.

**03.** Por meio do Despacho nº 2691/2023 ([1082164](#)), o Secretário da SAOFC acolheu as conclusões do referido parecer jurídico, autorizou à contratação por meio de DISPENSA ELETRÔNICA e remeteu o feito à ASLIC para o processamento, com o registro, divulgação, operacionalização, julgamento da proposta, habilitação e elaboração de relatório e continuidade da tramitação, de acordo com item 15, "b", do ANEXO VIII da IN TRE-RO nº 9/2022.

**04.** A ASLIC trouxe ao processo o Aviso de Dispensa Eletrônica nº 30/2023 ([1084102](#)), com as regras da contratação, devidamente divulgado e publicado, conforme documentos comprobatórios juntados no evento [1084104](#).

**05.** Vieram aos autos os seguintes documentos extraídos do certame:

**a)** extrato do cadastramento da Dispensa Eletrônica no sistema SIASGNET ([1084104](#));



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- b) relatório de ocorrências ([1087411](#));
- c) resultado por fornecedor ([1087412](#));
- d) documentos de habilitação das empresas ofertantes dos melhores preços ([1087413](#), [1087414](#), [1087415](#), [1087417](#), [1088865](#) e [1087420](#));
- e) Extrato do resultado – Espelho ([1087847](#)).

**06.** Por fim, o pregoeiro registrou as principais ocorrências do certame em seu Relatório 60/2023, com vistas à apreciação superior, decisão e deliberação quanto à adjudicação e homologação do certame pela autoridade administrativa ([1087885](#)). Assim instruídos, os autos foram remetidos pelo Agente de Contratação a esta Assessoria Jurídica para análise dos atos praticados na licitação ([1087889](#)).

**É o necessário relatório.**

## **II – DA ANÁLISE JURÍDICA**

**07.** Desencadeada a fase externa da competição, nota-se a observância do § 3º do art. 75 c/c art. 174, I, da Lei nº 14.133/2021 e, ainda, do Parágrafo único do art. 6º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021, dando-se a devida divulgação do aviso da dispensa eletrônica no Portal Nacional de Contratações Públicas, com observância do prazo mínimo de 03 (três) dias úteis da publicação para o recebimento das propostas, no qual também a constou a definição do objeto, o valor estimado e a indicação do período no qual seriam recebidas as propostas ([1084102](#)).

**08.** Passa-se à análise dos procedimentos propriamente ditos, tomando-se os elementos constantes dos autos e as principais ocorrências contidas no relatório do Pregoeiro:

**a) propostas comerciais:** Estão registradas no relatório de propostas elaborado pelo agente de contratação ([1087411](#)).

**b) Item deserto:** itens 66 e 69;

**c) Cancelados na Aceitação:** Não houve;

**d) Aceitação/negociação:**

Considerando o relatório de ocorrências ([1087411](#)), que teve seus dados reproduzidos no relatório juntado ao processo pelo agente de contratação ([1087885](#)), definiu-se os ofertantes dos menores preços para cada um dos 161.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Restaram as seguintes cotantes vencedoras:

**I – FAC EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA, CNPJ nº 47.897.601/0001-03**, que foi habilitada pelo agente de contratação, de acordo com os documentos juntados nos eventos ([1087414](#));

**II - PRIDE COMERCIO VAREJISTA E ATACADISTA LTDA, CNPJ nº 48.829.387/0001-10**, que foi habilitada pelo agente de contratação, de acordo com os documentos juntados nos eventos ([1087420](#));

**III – JM COMERCIO LTDA, CNPJ nº 49.531.675/0001-56**, que foi habilitada pelo agente de contratação, de acordo com os documentos juntados nos eventos ([1087415](#));

**IV – MULTI BOOKS LTDA, CNPJ nº 02.117.769/0001-10**, que foi habilitada pelo agente de contratação, de acordo com os documentos juntados nos eventos ([1087417](#) e [1088865](#));

**V – CRUZ NVM CONSULTORIA 7 GESTAO LTDA, CNPJ nº 44.618.007/0001-03**, que foi habilitada pelo agente de contratação, de acordo com os documentos juntados nos eventos ([1087413](#)).

**ANÁLISE:** As ocorrências registradas no sistema e reproduzidas no relatório juntado ao processo pelo agente de contratação demonstram a aplicação objetiva do critério para aceitação das propostas pelo menor preço ofertado e dos critérios de habilitação das participantes, ambos definidos no ADE.

Assim, esta Assessoria Jurídica não vê reparos nos atos e decisões do Agente de Contratação.

Cabe registrar, assim, que o procedimento da Dispensa Eletrônica nº 30/2023 foi marcado pela isonomia e probidade, tendo como norte a obtenção de preço mais vantajoso, bem como **transcorreu de forma regular**, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados no relatório do agente de contratação, sendo que, conforme informado no item VII do relatório, o sistema somente disponibilizará o relatório analítico da operação do certame após a homologação.

## **III – CONCLUSÃO**

**09. Por todo o exposto**, trazendo ainda a esta as conclusões do Parecer Jurídico nº 252/2023 ([1081668](#)), esta Assessoria Jurídica opina:



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**I - pela regularidade e observância dos requisitos formais dos documentos que integram a fase de planejamento da contratação**, na forma prevista pelo art. 72 da Lei nº 14.133/2021, nas regras e diretrizes da Resolução CNJ nº 468/2022 e, ainda, nas disposições aplicáveis da Instrução Normativa TRE-RO nº 9/2022;

**II - pela adjudicação do resultado da Dispensa Eletrônica nº 30/2023**, nos exatos contornos registrados no relatório elaborado pelo agente de contratação ([1087412](#)), que teve seus dados reproduzidos no relatório juntado ao processo pelo agente de contratação ([1087885](#)), **para adjudicação dos seus objetos às seguintes cotantes:**

**a) FAC EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA, CNPJ nº 47.897.601/0001-03**, que foi habilitada pelo agente de contratação, de acordo com os documentos juntados nos eventos ([1087414](#));

**b) PRIDE COMERCIO VAREJISTA E ATACADISTA LTDA, CNPJ nº 48.829.387/0001-10**, que foi habilitada pelo agente de contratação, de acordo com os documentos juntados nos eventos ([1087420](#));

**c) JM COMERCIO LTDA, CNPJ nº 49.531.675/0001-56**, que foi habilitada pelo agente de contratação, de acordo com os documentos juntados nos eventos ([1087415](#));

**d) MULTI BOOKS LTDA, CNPJ nº 02.117.769/0001-10**, que foi habilitada pelo agente de contratação, de acordo com os documentos juntados nos eventos ([1087417](#) e [1088865](#));

**e) CRUZ NVM CONSULTORIA 7 GESTAO LTDA, CNPJ nº 44.618.007/0001-03**, que foi habilitada pelo agente de contratação, de acordo com os documentos juntados nos eventos ([1087413](#));

Conforme já apontado no **item 7** do Parecer Jurídico nº 252/2023, a programação orçamentária da despesa foi juntada ao processo no evento 1079876;

**IV - pela homologação do certame pela autoridade competente**, caso adjudicado, pela própria autoridade administrativa, com fundamento no art. 23 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021

Registra-se que, no procedimento em análise, a estimativa de preços foi realizada concomitantemente à seleção da proposta, nos termos art 16, § 1º da IN SEGES nº 67/2021 c/c art. 10 da IN TRE/RO nº 9/2022, podendo ser verificada o valor para cada item no Relatório de ocorrências ([1087411](#)).



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**10.** Ainda, quanto aos **itens 66 e 69**, que restaram **desertos**, registra-se que deverá a unidade demandante, com fulcro no parágrafo único, art. 22, da Lei 14.133/2021 c/c § 3, Art. 31, da Instrução Normativa nº 09/2022 ([0917187](#)), avaliar posteriormente as seguintes medidas e submetê-las à deliberação do titular da SAOFC, nos termos dos seguintes incisos:

§ 3º Frustrada a contratação pelas vias estabelecidas nesta instrução normativa, a unidade demandante deverá avaliar as seguintes medidas para deliberação pelo titular da SAOFC:

- I - analisar a possível repetição do procedimento dos itens fracassados;
- II - alterar as especificações do objeto ou das condições da contratação;
- III - incluir o objeto em contratações por registro de preços;
- IV - cadastramento dos itens fracassados no Sistema COMPRASNET para recebimento de aviso de IRP de outros órgãos;
- V - outras medidas possíveis para o atendimento da demanda.

**11.** Após a decisão da autoridade superior e demais providências **para a continuidade ou não da presente contratação**, deverá ocorrer a divulgação e disposição do público em sítio eletrônico oficial do TRE-RO do ato que autorizou a contratação direta, na forma do Parágrafo único do art. 72 da Lei nº 14.133/2021, além da regular publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

**12.** Após a decisão da autoridade superior e demais providências para a contratação, deverá ocorrer a divulgação e disposição do público em sítio eletrônico oficial do TRE-RO do ato que autorizou a contratação direta, na forma do parágrafo único do art. 72 da Lei nº 14.133/2021, bem como regular publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

**13.** Por derradeiro, registre-se que esta Assessoria Jurídica analisou os aspectos formais e jurídicos da situação a ela submetida, já que incompetente legalmente para pronunciar-se acerca de documentos técnicos juntados ao processo associados à habilitação ou aceitação do objeto.

Ao senhor **Secretário da SAOFC** para fins da manifestação prevista no **item 21 do ANEXO VIII da IN TRE-RO nº 9/2022** e continuidade da tramitação.



Documento assinado eletronicamente por **MAIARA SALES DO CASAL**, **Analista Judiciário**, em 24/11/2023, às 15:32, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO, Assessor(a) Chefe**, em 24/11/2023, às 15:33, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1089287** e o código CRC **C396123A**.